

ARTIGO

A REVISTA SCHOLA E SUA ATUAÇÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)¹

LIDEMBERG RÉGIS SANTOS DANTAS¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7703-0115>
<lidember.dantas1@gmail.com>

OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>
<olivia.neta@ufrn.br>

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal (RN), Brasil.

RESUMO: Neste artigo, objetiva-se identificar as ações de divulgação científica presentes na *Revista Schola*, vinculada à Associação Brasileira de Educação (ABE). A pesquisa desenvolve-se a partir do conjunto documental localizado no Arquivo Carmem Jordão, vinculado à Associação, tendo como recorte temporal os anos de 1930 e 1931, período correspondente à circulação e vigência do impresso. Metodologicamente, fundamenta-se no método histórico como método de pesquisa, conforme Rüsen (2015), mobilizando estratégias cognitivas como a heurística, a crítica e a interpretação. Como resultados, compreende-se que a *Revista Schola* se configurou como um dispositivo da ABE destinado à comunicação de questões correlatas à educação, apresentando atividades aos sócios, pesquisadores, intelectuais, instituições e associações, em âmbito nacional e internacional. Compreende-se, ainda, que o periódico atuou como dispositivo de divulgação científica e de circulação de ideias, via importação-exportação de saberes, com o objetivo de difundir e valorizar determinados discursos, sentidos e temáticas relacionados ao campo educacional e ao ensino.

Palavras-chave: Associação Brasileira de Educação, *Revista Schola*, divulgação científica.

THE REVISTA SCHOLA AND ITS SCIENTIFIC DISSEMINATION ROLE IN THE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)

¹ Artigo publicado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/Brasil para os serviços de edição, diagramação e conversão de XML.

ABSTRACT: This article aims to identify the scientific dissemination activities carried out by *Revista Schola*, a journal linked to the Associação Brasileira de Educação (ABE). The research is based on a set of documents located in the Arquivo Carmem Jordão, linked to the Associação, covering the period between 1930 and 1931, as this corresponds to the period when the publication was in circulation and valid. Methodologically, the study relies on the historical method as a research method, according to Rüsen (2015), using cognitive strategies such as heuristics, criticism and interpretation. The findings indicate that *Revista Schola* has established itself as a tool for the ABE to communicate issues related to education, presenting activities to members, researchers, intellectuals, institutions and associations at the national and international levels, as well as a tool for scientific dissemination and the circulation of ideas, through the import and export of knowledge, aiming to spread and promote specific discourses, meanings and themes related to the educational field and teaching.

Keywords: Associação Brasileira de Educação, *Revista Schola*, scientific dissemination.

LA REVISTA SCHOLA Y SU ACTUACIÓN EN LA DIVULGACIÓN CIENTÍFICA EN LA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo identificar las acciones de divulgación científica presentes en la *Revista Schola*, vinculada a la Associação Brasileira de Educação (ABE). La investigación se llevó a cabo a partir del conjunto documental localizado en el Arquivo Carmem Jordão, vinculado a la Associação, con un recorte temporal entre los años 1930 y 1931, teniendo como justificación el período de circulación y vigencia de la publicación impresa. La metodología se basa en el método histórico como método de investigación, según Rüsen (2015), utilizando estrategias cognitivas tales como la heurística, la crítica y la interpretación. Los resultados permiten concluir que la *Revista Schola* se configuró como un dispositivo de la ABE para la comunicación de cuestiones relacionadas con la educación, abordando la presentación de actividades a los socios, investigadores, intelectuales, instituciones y asociaciones a nivel nacional e internacional. Asimismo, se constata que la publicación actuó como un medio de divulgación científica y de circulación de ideas a través de la importación-exportación de saberes, con el objetivo de difundir y valorizar determinados discursos, significados y temáticas relacionados con el campo educativo y la enseñanza.

Palabras clave: Associação Brasileira de Educação, *Revista Schola*, divulgación científica.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, objetivamos identificar as ações de divulgação científica presentes na *Revista Schola*, vinculada à Associação Brasileira de Educação (ABE). Nossa pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho histórico, e se insere no campo da história da educação, na interface com a história digital e a história transnacional, tendo privilegiado o conjunto documental de impressos.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, recorreremos às considerações de Barros (2020), que enfatiza a centralidade do problema e das fontes na pesquisa histórica, pois é a partir do problema de pesquisa que o historiador orienta seu olhar para o conteúdo das fontes. Desse modo, formulamos as seguintes questões orientadoras: o que foi a *Revista Schola* e quais eram os seus objetivos? Quais ações da ABE voltadas à divulgação científica estavam presentes na referida revista? Para responder a essas questões, utilizamos como fontes primárias os impressos das edições da *Revista Schola*, que analisamos ao longo da investigação.

Em celebração ao centenário da ABE no ano de 2024, optamos por abordar o impresso, atentando para sua atuação no âmbito da Associação como dispositivo de divulgação científica e de circulação de ideias sobre a educação. Para tanto, é fundamental compreender que “[...] a história das ideias pedagógicas e das práticas educativas se constitui, portanto, um campo vasto e diverso que nos

permite compreender as diferentes formas pelas quais foram concebidos e conduzidos os processos educativos ao longo dos séculos” (Medeiros Neta, 2023, p. 2).

Por esse motivo, compreender a história das ideias a partir dos movimentos de importação e exportação contribui para a análise das transformações que constituem a própria pedagogia, considerando suas influências e seus desdobramentos, bem como as formas pelas quais essas ideias são recepcionadas e incorporadas ao cenário educacional ou, ainda, rejeitadas, parcial ou integralmente, nos diferentes contextos de circulação. Assim, a história transnacional da educação apresenta-se como uma estratégia de análise dos processos de formação e constituição das ideias pedagógicas em movimento (Medeiros Neta, 2023).

Nesse contexto, devemos considerar que, “[...] ao mesmo tempo em que reconhecemos que há circulação de idéias, precisamos sublinhar os limites desses intercâmbios e considerá-los, tanto quanto, constitutivos da pedagogia” (Houssaye, 2007, p. 298). A partir dessa perspectiva e das contribuições de Westberg (2022), entendemos que esse trânsito de ideias implica retenções e apropriações que se reconfiguram em virtude do contexto local, como, por exemplo, a difusão da escola infantil fundamentada no modelo britânico para a Suécia e a importância da atuação dos difusores.

Essa compreensão sobre o movimento de circulação de ideias nos permite considerar os pedagogos e a pedagogia em movimento como uma particularidade desse processo, compreendendo a pedagogia como um objeto construído por pedagogos de diferentes origens, via importação-exportação. Esse processo é também impulsionado pela influência de organismos internacionais que contribuem para a internacionalização de pedagogias e modelos educacionais.

Desse modo, compreendemos os pedagogos como sujeitos historicamente situados, inseridos em diferentes períodos e modelos de sociedade, cujas condições sociais incidem, conseqüentemente, sobre os processos de recepção, rejeição e difusão de determinados modelos e ideias pedagógicas. Assim, quando nos deparamos com movimentos de importação de objetos materiais e imateriais, identificamos a mobilização de referências nacionalistas e particularizadas, de oposição ao estrangeirismo. Em contrapartida, nos movimentos de exportação, observamos a mobilização de justificativas e referenciais generalistas das práticas (Houssaye, 2007).

Compreendemos que a circulação de objetos materiais e imateriais se torna importante pela sua atuação na produção e na importação-exportação do conhecimento científico, bem como no acesso ao saber através de diferentes veículos transmissores e receptores. Entre esses meios, podemos destacar as viagens e intercâmbios de caráter pedagógico, a participação em eventos, como congressos científicos, cursos e conferências, e a circulação de materiais impressos, a exemplo de jornais, livros, ofícios, revistas e boletins.

Inseridos nesse cenário de importação-exportação, adotamos a história transnacional da educação para análise do objeto de estudo e, por esse motivo, torna-se imprescindível o seu entendimento. Conforme Rabelo e Baeza (2025) e Vera e Fuchs (2021), a abordagem transnacional na história da educação se constitui como uma linha teórico-metodológica de pesquisa que confere a compreensão do objeto de estudo e de sua investigação para além da delimitação do território nacional na análise histórica. Assim, podemos compreender tanto as instituições quanto os atores como “viajantes”, inseridos em redes que se constituem a partir da contextualização das suas relações.

Nesse sentido, a escolha da abordagem transnacional no campo da história da educação implica assumirmos uma perspectiva e uma “postura” em relação às análises da pesquisa, orientando, desse modo, o desenvolvimento da investigação histórica. Com essa abordagem, contrapomo-nos às perspectivas tradicionais que se restringem à esfera nacional (Vera; Fuchs, 2021). Essa abordagem centrada no Estado-nação fundamenta-se do nacionalismo metodológico, conforme pontuam Rabelo e Baeza (2025).

No que se refere à metodologia da pesquisa, adotamos o método histórico a partir das contribuições de Rüsen (2015), considerando sua relação com o campo da história e a sistematização das etapas procedimentais, como a heurística, o uso da análise documental a partir da crítica das fontes e a interpretação. Isso permite que investiguemos as edições da *Schola* em diálogo com a historiografia produzida sobre a revista através de uma abordagem qualitativa, de cunho histórico, objetivando a identificação e a discussão das ações de divulgação científica localizadas no impresso.

Para Rüsen (2015), o método histórico consiste na sistematização dos procedimentos empreendidos durante o processo de pesquisa, estruturando-se em três etapas ou estratégias cognitivas: a heurística, a crítica e a interpretação. Esse percurso tem início com a formulação de uma questão histórica, culminando na organização das considerações produzidas a partir desse questionamento.

A heurística, primeira das estratégias cognitivas, consiste na regulação metódica da pergunta de pesquisa, ou seja, a questão necessita adequar-se a algumas regras, entre as quais destacamos seu caráter de inovação apreendido pela sua resposta para o preenchimento de lacunas historiográficas ou insatisfações presentes no campo. A formulação da questão deve realizar-se a partir do acervo das produções existentes, bem como orientar a busca por acervos e fontes que possibilitem respondê-la (Rüsen, 2015).

Desse modo, fundamentamos nossa investigação no conjunto documental localizado no Arquivo e Biblioteca Carmem Jordão, vinculado à Associação, e delimitamos como recorte temporal os anos de 1930 e 1931. Essa delimitação justifica-se por corresponder ao período de circulação e vigência da *Revista Schola*, constituída e organizada pela referida instituição.

Além das novas formas de apreensão das fontes, devemos considerar que “[...] o arquivo manuscrito é um material vivo, enquanto sua reprodução microfilmada é um pouco letra morta, ainda que se revele necessária” (Farge, 2022, p. 11). Nesse sentido, os arquivos físicos, localizados entre a materialidade e o conhecimento, revelam-se como espaços nos quais se encontra uma imensidão de vestígios fundamentais à construção da pesquisa histórica, em virtude de as fontes se constituírem como testemunhas do passado. A riqueza e a diversidade desses vestígios encontrados nos documentos, bem como a necessidade de manuseá-los cuidadosamente no arquivo para preservar sua materialidade, incidem sobre os gestos do historiador e sobre o seu “olhar” atento no contato com as fontes, uma vez que esses materiais também nos permitem apreender os diferentes sujeitos em suas falas e ações (Farge, 2022).

Em virtude disso, devemos dedicar atenção à leitura dos manuscritos, relendo-os e atentando-nos tanto ao novo quanto ao comum, além de permanecermos alertas às possíveis armadilhas, como, por exemplo, a ausência de questionamento do arquivo, de identificação com o objeto de estudo, a falta de crítica, o uso de citações como recurso para evitar a reflexão e a transformação da escrita da história em um romance. Esses movimentos de recolha, leitura das informações e de envolvimento com seu conteúdo requerem que o documento seja analisado sob uma crítica das fontes (Farge, 2022), “[...] que exige que ele seja habilmente questionado para adquirir sentido” (Farge, 2022, p. 21).

Em síntese, compreendemos que o encontro entre o pesquisador e o arquivo possibilita a construção de novas pesquisas por meio dos questionamentos realizados e, diferentemente das fontes em formato digital, permite o contato direto e o manuseio das fontes. Esse trabalho exige do pesquisador os movimentos de separação, organização/classificação e recolhimento dos manuscritos, com o cuidado para não danificá-los (Farge, 2022).

Em seguida, a crítica, segunda das estratégias cognitivas, constitui-se na extração das informações sobre o passado contidas nas fontes e relevantes para a resolução da pergunta de pesquisa. Essa etapa estrutura-se a partir de três processos: a crítica externa das fontes, a crítica interna das fontes e o critério da possibilidade objetiva (Rüsen, 2015).

A crítica externa refere-se à investigação dos documentos como fontes e à verificação de sua autenticidade, enquanto a crítica interna diz respeito à análise das informações contidas nas fontes e às suas implicações para a pergunta histórica. Já o critério da possibilidade objetiva consiste na conferência das informações presentes nos documentos em relação aos conhecimentos historicamente produzidos, possibilitando-nos historicizar os fatos a partir do seu cruzamento com outros, bem como atribuir-lhes sentido, forma e conteúdo a partir da organização narrativa (Rüsen, 2015).

Para compreendermos esse procedimento metodológico, fundamentamo-nos na concepção de fonte histórica a partir de Barros (2020). Segundo o autor, a fonte caracteriza-se como um vestígio do passado, que, por meio das informações contidas em seu material, nos permite construir análises e interpretações sobre os sujeitos e as sociedades, em virtude da impossibilidade de verificarmos diretamente os acontecimentos passados.

As fontes históricas, portanto, seriam “[...] registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador” (Barros, 2020, p. 7, grifo do autor). Assim, compreendemos que as fontes possuem grande valor científico e histórico para o desenvolvimento das pesquisas em História, ao possibilitarem o embasamento e a sustentação das proposições formuladas pelos historiadores. Além das fontes históricas de suporte material, observamos o crescimento do uso de fontes virtuais nas investigações realizadas pelos historiadores, as quais se mostram fundamentais para a apreensão do passado (Barros, 2020).

Por último, a terceira estratégia cognitiva, a interpretação, corresponde à etapa do método histórico em que, após a obtenção dos vestígios presentes nas fontes por meio da crítica, conectamos e organizamos as informações em sequências narrativas como forma de explicação. Esse procedimento metodológico também nos permite selecionar as informações relevantes para a resolução da pergunta de pesquisa (Rüsen, 2015).

Nesse contexto, a análise das fontes é atravessada pela subjetividade do pesquisador, que conduz o processo de pesquisa atentando-se a determinados aspectos e pormenores ao longo da operação historiográfica. Esse processo é imprescindível para que passemos de uma narrativa histórica meramente descritiva para uma narrativa histórica simultaneamente descritiva e interpretativa, fundamentada na análise das fontes históricas (Barros, 2020).

A partir do aporte teórico de autores que discutem a circulação de ideias e o movimento de importação-exportação relacionado à abordagem transnacional na história da educação, como Houssaye (2007), Medeiros Neta (2023), Rabelo e Baeza (2025), Vera e Fuchs (2021), Viñao Frago (2007) e Westberg (2022), buscamos compreender as ações da ABE presentes na *Revista Schola*, bem como o próprio impresso. Com o subsídio de autores como Burlamaqui (2013), Carvalho (1998), Dantas (2024), Saviani (2005) e Vieira (2017), discutimos a criação e a trajetória da Associação, sua organização interna e nos estados, além das ações por ela empreendidas. Para a contextualização do período, dos movimentos educacionais emergentes e das iniciativas de divulgação científica, recorremos a autores como Gomes (2020), Massarani e Moreira (2003) e Nagle (1974). Por fim, fundamentamos o delineamento do processo metodológico nas contribuições de autores como Barros (2020), Farge (2022) e Rüsen (2015).

Este artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, apresentamos o contexto de produção desta pesquisa, com atenção à fundamentação teórica e à estrutura do texto. Na segunda, contextualizamos o período de criação da ABE, instituição organizadora da revista, objeto de investigação desta produção historiográfica, com foco no surgimento dos movimentos educacionais – o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico – no cenário brasileiro, atentando-nos, especialmente, para a atuação de Heitor Lyra da Silva. Na terceira seção, discutimos as ações de divulgação científica e a organização da *Revista Schola*. Por fim, na quarta seção, apresentamos algumas considerações acerca das discussões desenvolvidas ao longo do trabalho, bem como apontamos possibilidades para novas investigações e produções.

DA CRIAÇÃO DA ABE

No final do século XIX, as preocupações com a modernização da cidade do Rio de Janeiro materializaram-se na realização de obras de infraestrutura, na ampliação dos serviços ofertados aos cidadãos e em iniciativas de embelezamento e decoração urbana. Posteriormente, contudo, tal iniciativa enfrentou problemas e se revelou insustentável diante das condições sociais existentes, deslocando as preocupações com a modernização do espaço urbano para a formação do indivíduo, tal como Heitor Lyra preconizava, diante da necessidade de conduzir a cidade aos caminhos da civilidade (Gomes, 2020).

Esse contraste entre o urbano e o humano tornava-se evidente na cidade carioca. De um lado, a capital do Brasil buscava afirmar-se como uma cidade orientada pelos ideais de modernidade devido às suas políticas acerca do espaço urbano. De outro, essas mesmas políticas eram vistas por Heitor Lyra como restritas à materialidade da cidade, sem contemplar as condições sociais da população. Como consequência, o cenário da República apresentava sinais de agravamento em diferentes dimensões da

vida social, especialmente no que se referia à saúde coletiva, à situação educacional e econômica e à repressão, pelo governo, aos movimentos sociais (Gomes, 2020).

Para Heitor Lyra, “[...] a questão educacional tornou-se um dos principais elementos em seus propósitos de dar solução à questão social na cidade, àquela a que se refere, ou seja, à questão urbana” (Gomes, 2020, p. 14). Desse modo, o pensamento de Lyra reivindicava à população pobre o direito ao exercício da cidadania, tendo em vista que essa parcela da sociedade não dispunha de condições para uma vida plena e era negligenciada pelo Estado, em decorrência do modelo de sociedade proposto, que priorizava as obras na cidade e a idealização de um projeto voltado aos imigrantes (Gomes, 2020).

Durante o período da Primeira República, evidenciaram-se dissidências de caráter ideológico, político e social. Entre elas, destacamos a restrição do direito ao voto a apenas uma parcela da sociedade, resultado da estratificação social; a formação de partidos políticos em oposição ao sistema eleitoral de rodízio na Presidência da República pela chamada Política do Café com Leite, como o Partido Democrático; e a predominância do setor cafeeiro na produção e na circulação da economia brasileira. Nesse contexto, o setor agrícola e as ideias do ruralismo indicavam que o surgimento da industrialização contrariava as ideias de uma sociedade voltada para a economia baseada nos produtos naturais (Nagle, 1974).

Além disso, o crescimento do fluxo imigratório e o processo de urbanização, impulsionado pelo deslocamento da população da zona rural para os centros urbanos, contribuíram significativamente para o desenvolvimento da industrialização no cenário brasileiro. Nesse contexto, intensificou-se a presença de diferentes correntes de ideias e movimentos político-sociais, que contribuíram para a demarcação de novas possibilidades de questionamentos (Nagle, 1974).

As transformações no setor cultural durante a Primeira República, o esforço do desenvolvimento do pensamento e a crise do liberalismo contribuíram para a evolução do “outubrismo”, movimento que proporcionou o aparecimento de novas construções teóricas e, por consequência, de um cenário de inquietação de ideais. Nesse contexto, consolidou-se a compreensão acerca do papel da escolarização na transformação do cenário social, sobretudo por meio do civismo e da moral na formação de sujeitos para o progresso da nação. A partir disso, intensificaram-se os debates em torno dos maiores problemas do país, entre os quais a escolarização passou a ocupar lugar de destaque (Nagle, 1974).

No início do século XX, os ideais de educação adquiriram novos contornos e se constituíram como ferramenta de transformação da população e da realidade brasileira. Ao final dos anos de 1920, as ideias relacionadas à urbanização e à educação tornaram-se imprescindíveis e foram progressivamente incorporadas às medidas de intervenção social, sobretudo em razão do objetivo de reorganização da sociedade (Gomes, 2020).

Nesse contexto, observamos que, no início do século XX, as iniciativas se restringiam às questões urbanísticas referentes às obras de infraestrutura e de decoração, além de políticas públicas ainda incipientes. Posteriormente, nos anos de 1920, identificamos uma mudança nesse cenário, impulsionada pela atuação dos engenheiros, que passaram a reivindicar melhorias nas condições de vida da população. Desse modo, a educação foi incorporada como elemento fundamental para a população, articulando-se ao ideário de construção de uma cidade moderna (Gomes, 2020).

Ainda nessa década, a cidade do Rio de Janeiro adquiriu centralidade na divulgação dos conhecimentos científicos e da formação do pensamento, especificamente no que se refere aos debates sobre a educação e a cultura no Brasil. A intensificação das atividades dessa natureza marcou a década de 1920. Entre as ações realizadas, destacamos a produção e a circulação de impressos, como livros, revistas e jornais, bem como a realização de conferências organizadas por grupos acadêmicos e pela ABE, cujos conteúdos eram divulgados pelos jornais da cidade. Também destacamos a publicização do conhecimento por meio do rádio, a exemplo da atuação da Rádio Sociedade, criada por iniciativa de Roquette-Pinto, com publicações focadas em discussões sobre ciência (Massarani; Moreira, 2003).

Além desses exemplos, consideramos fundamental evidenciar outras iniciativas voltadas à difusão dos saberes provenientes do campo científico. Entre elas, destacamos o surgimento de instituições destinadas à divulgação e promoção da ciência, como a Sociedade Brasileira de Ciências, criada em 1916 e posteriormente transformada na Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 1922. Também identificamos a publicação de jornais diários e de coleções de livros dedicados à divulgação

científica, bem como a produção de obras de ficção científica e a realização de eventos que contavam com a participação de cientistas brasileiros e estrangeiros. Destacamos ainda a atuação de divulgadores científicos, como Miguel Osório de Almeida, Roquette-Pinto, entre outros, que contribuíram para a publicação de textos e livros de caráter de divulgação científica. Assinalamos também a perspectiva dos museus como espaços de ensino e difusão da ciência (Massarani; Moreira, 2003).

No que diz respeito à divulgação científica do período, ressaltamos que:

A divulgação científica passou a ter um papel significativo na difusão das idéias (*sic*) de seus protagonistas sobre ciência e sua importância para o desenvolvimento do país. Um objetivo era sensibilizar o poder público, o que propiciaria a criação e a manutenção de instituições ligadas à ciência, além de possibilitar uma maior valorização social da atividade de pesquisa. No entanto, o caráter de divulgação científica era ainda fragmentado e lacunar, reflexo direto da situação muito frágil do meio científico de então (Massarani; Moreira, 2003, p. 51).

Ademais, o combate ao analfabetismo, nos anos de 1920, adquiriu maior solidez a partir da compreensão de que a alfabetização constituía um caminho fundamental para que o país avançasse em direção ao progresso da sociedade. Desse modo, identificamos entre as principais questões presentes no período a preocupação com o desenvolvimento do ensino primário e com a difusão da formação escolar; a relação entre escolarização e ensino profissional; a importância das matérias escolares; e a necessidade de participação mais efetiva do governo nessa tarefa. Diante desse cenário, destacamos as atividades promovidas pela ABE a partir do surgimento de diversas instituições que contribuíram para fortalecer o movimento do entusiasmo pela educação, bem como a criação de boletins e revistas de caráter educacional (Nagle, 1974).

O surgimento do entusiasmo e do otimismo pedagógico ocorreu a partir do cenário político-social e intelectual marcado pela atuação de diferentes correntes e grupos, que tinham a instrução como temática importante e, conseqüentemente, incorporavam-na aos debates dos programas das instituições. A centralidade atribuída à “escolarização” proporcionou a atuação de intelectuais e educadores e contribuiu para que os programas se concentrassem cada vez mais nessa questão, restringindo a abordagem de outros assuntos e direcionando as discussões para o processo de escolarização, por vezes intimamente relacionado aos obstáculos do campo político (Nagle, 1974).

Com o advento e a diversificação de movimentos nacionalistas, duas organizações se destacaram por incorporá-los após o período da Primeira Grande Guerra: a Liga de Defesa Nacional e a Liga Nacionalista de São Paulo. Ambas reconheciam o papel da alfabetização, atribuindo-lhe um caráter político como instrumento para a mudança dos rumos do país. Além dessas organizações, identificamos outros dois movimentos de relevância no cenário da época e que apresentavam semelhanças entre si: a Propaganda Nativista e a Ação Social Nacionalista. A principal diferença entre ambos residia no seu posicionamento em relação à política. Enquanto a Propaganda Nativista assumia um caráter de cunho político, a Ação Social Nacionalista negava esse caráter (Burlamaqui, 2013).

Esses movimentos tinham como finalidade enfrentar e resolver os problemas que afligiam o Brasil, os chamados “[...] ‘problemas nacionais’ – doenças, analfabetismo e pobreza” (Burlamaqui, 2013, p. 19). Nesse período dos primeiros anos do século XX, os intelectuais objetivavam conduzir o país em direção ao progresso e à modernização, buscando ainda localizar e responder às dificuldades que permeavam a realidade nacional (Burlamaqui, 2013).

Nesse cenário, a ABE foi criada em outubro de 1924, na Escola Politécnica carioca, a partir da mobilização de intelectuais sob a liderança de Heitor Lyra da Silva. Consideramos pertinente ressaltar a concepção de instituição de acordo com Saviani (2005). Para o autor, as instituições são espaços construídos em função das necessidades humanas, com caráter permanente, constituindo-se como locais de realização de ações sistematizadas e intencionais por determinados agentes, a partir do estabelecimento de relações dentro da organização e com o seu público-alvo.

Inicialmente, a reunião realizada em março de 1924, no Rio de Janeiro, com a participação de Lysimacho da Costa, Everardo Backheuser, Edgar Süsskind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho, além de Lyra, tinha como objetivo a constituição da Federação de Associações de Ensino. Diante da inviabilidade de criação dessa Federação, surgiu a proposta de organização de um partido político,

denominado Acção Nacional, o que não foi possível devido ao insucesso da Revolução Paulista (Carvalho, 1998). Ainda no mesmo ano, ocorreu a fundação da instituição abeana, em outubro, com a participação de outros intelectuais, entre os quais Tobias Moscoso, Amoroso Costa, Mário Paulo de Brito, Ferdinando Labouriau, Barbosa de Oliveira e Dulcídio Pereira, bem como intelectuais mulheres, como Isabel Lacombe, Armanda Álvaro Alberto, Alice de Carvalho de Mendonça, Branca Fialho, Bertha Lutz e Jerônima Mesquita (Burlamaqui, 2013). Nesse contexto, destacamos a imagem de Heitor Lyra da Silva, principal idealizador da Associação.

Figura 1 – Fotografia de Heitor Lyra da Silva



Fonte: *Print screen* da Associação Brasileira de Educação (2024).

A Figura 1 mostra o intelectual que desempenhou papel fundamental na criação e organização da ABE, Heitor Lyra da Silva, com participação ativa nas atividades da Associação. Lyra nasceu em 1879, na cidade do Rio de Janeiro, e faleceu em 1926, aos 47 anos de idade. Sua formação teve início no curso primário, realizado sob a orientação de sua família, e posteriormente estudou no Colégio Pedro II (Associação Brasileira de Educação, 2024).

Além dessa formação inicial, Lyra graduou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e participou de diferentes iniciativas educacionais. Entre elas, destacamos sua participação como membro da Liga Pedagógica de Ensino Secundário, sua atuação como fundador da ABE, a participação em eventos voltados à educação e sua colaboração com o Curso Jacobina e com a Escola Regional de Meriti, iniciativas organizadas, respectivamente, por Laura Jacobina Lacombe e Armanda Álvaro Alberto, ambas integrantes da Associação (Associação Brasileira de Educação, 2024). No que concerne às justificativas para a criação da instituição, podemos mencionar as seguintes:

[...] o problema da educação nacional, a difusão dos saberes científicos para a sociedade e a constituição de um órgão de articulação de ideias em departamentos estaduais com diversos intelectuais locais, ausência da participação do governo em propor políticas públicas voltadas para o cenário social do país (Dantas, 2024, p. 65).

Assim, a partir da proposição de ações no âmbito educacional, a ABE se destacou tanto como uma instituição voltada à divulgação dos conhecimentos científicos quanto pela capacidade de articulação com amplitude nacional. Essa atuação se efetivava através do diálogo com diferentes instituições e sujeitos, para o tratamento acerca de assuntos voltados à educação, sem restrições quanto ao público-alvo das discussões (Dantas, 2024).

Entre essas ações, destacamos os eventos promovidos pelas seções, como os cursos de formação para professores (cursos de aperfeiçoamento e de especialização, curso de psicanálise aplicada à educação e curso de psicologia infantil, por exemplo). Também identificamos estratégias relacionadas a esse campo, como o consultório pedagógico, e as Conferências Nacionais de Educação e as Semanas de Educação (Dantas, 2024).

A ABE organizava-se internamente a partir de seções e departamentos estaduais. Segundo Burlamaqui (2013), as seções eram organizadas de acordo com diferentes temáticas e abordavam assuntos provenientes de cada área, sendo dirigidas por um presidente, com reuniões para discussão. Entre as primeiras seções organizadas, destacamos as seguintes: “[...] ‘Ensino Primário e Normal’, ‘Ensino Secundário’, ‘Ensino Técnico e Superior’, ‘Ensino Profissional e Artístico’, ‘Educação Física e Higiene’, ‘Educação Moral e Cívica’ e ‘Cooperação da Família’” (Burlamaqui, 2013, p. 25). Apresentamos, no Quadro 1, as seções atuantes, identificadas na Associação, durante o período de delineamento temporal desta pesquisa:

Quadro 1 – Seções da ABE e seus respectivos presidentes

Edição(es)/Período(s)	Seções e seus presidentes
Junho (1930), ano 1, nº 5	Ensino primário – D. Consuelo Pinheiro; Ensino secundário – Dr. C. A. Barbosa de Oliveira; Ensino normal – Dr. Mello Leitão; Ensino doméstico – D. Cassilda Martins; Ensino profissional – Dr. Salvador Fróes; Ensino técnico e superior – Dr. Mario Brito; Educação moral e cívica – Dr. Everardo Backheuser; Educação física – Dr. Jorge de Moraes; Higiene – Dr. Gustavo Lessa; Cooperação da família – D. Laura Xavier da Silveira; Divertimentos infantis – D. Maria Luiza C. de Azevedo.
Julho (1930), ano 1, nº 6	
Agosto (1930), ano 1, nº 7	
Novembro (1930), ano 1, nº 8	Ensino primário – D. Consuelo Pinheiro; Ensino secundário – Dr. C. A. Barbosa de Oliveira; Ensino normal – D. Braga ² ; Ensino doméstico – D. Cassilda Martins; Ensino profissional – Dr. Salvador Fróes; Ensino técnico e superior – Dr. Mario Brito; Educação moral e cívica – Dr. Everardo Backheuser; Educação física – Dr. Jorge de Moraes; Higiene – Dr. Gustavo Lessa; Cooperação da família – D. Laura Xavier da Silveira; Divertimentos infantis – D. Maria Luiza C. de Azevedo
Fevereiro (1931), ano 2, nº 9	Ensino primário – Dr. Everardo Backheuser; Ensino secundário – Dr. Euclides Roxo; Ensino normal – Dr. C. A. Barbosa de Oliveira; Ensino profissional – Dr. Edgard Sussekund Mendonça; Ensino técnico e superior – Dr. Mario Brito; Educação física e higiene – Dr. Carlos de Sa; Cooperação da família – D. Laura Xavier da Silveira.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).³

O Quadro 1 apresenta as seções da ABE localizadas nas edições da revista de junho, julho, agosto e novembro de 1930 e fevereiro de 1931. Observamos a permanência de determinados educadores nas mesmas seções da instituição. Na seção de Ensino Primário, encontramos Consuelo Pinheiro (junho a novembro); no Ensino Secundário, C. A. Barbosa de Oliveira (junho a novembro); no Ensino Doméstico, Cassilda Martins (junho a novembro); no Ensino Profissional, Salvador Fróes (junho a novembro); no Ensino Técnico e Superior, Mario Brito (junho a novembro); na Educação Moral e Cívica, Everardo Backheuser (junho a novembro); na Educação Física, Jorge de Moraes (junho a novembro); na seção de Higiene, Gustavo Lessa (junho a novembro); na Cooperação da Família, Laura Xavier da Silveira (junho a novembro); e, por fim, nos Investimentos Infantis, Maria Luiza C. de Azevedo (junho a novembro).

² A partir da edição da revista, não foi possível identificar o primeiro nome do presidente da seção nesse período referente ao ensino normal.

³² Quadro construído com informações extraídas a partir de *Revista Schola* (1930e, 1930f, 1930g, 1930h, 1931).

Além dessa organização da ABE por seções temáticas, a Associação pretendia se organizar nacionalmente, com a intenção de expandir os saberes para os outros estados do país (Burlamaqui, 2013). Compreendemos que a Associação pretendia consolidar-se como uma instituição capaz de coordenar, articular e apoiar propostas voltadas ao campo educacional. Antes de seu falecimento, Heitor Lyra atuava para a efetivação desse projeto, mas foi durante a presidência da ABE pelo intelectual e educador Levi Carneiro que se iniciou efetivamente o processo de organização em âmbito nacional (Carvalho, 1998).

Durante a presidência da Associação, Levi Carneiro encaminhou aos diretores de instrução pública dos estados uma solicitação de apoio à iniciativa de criação de departamentos estaduais vinculados à ABE. Nesse sentido, compreendemos que os departamentos nos estados seriam constituídos como centros estaduais de valorização da unidade nacional, destinados à circulação de informações e ideias, bem como à colaboração e à proposição de investigações referentes à educação (Carvalho, 1998).

Para efetivar tal objetivo, os departamentos deveriam ser criados em consonância com “[...] um dos pontos capitais do seu programma de acção educativa nacional criar, em todos os estados da União, departamentos que, organizados de accordo com as necessidades regionaes e vivendo independentes sob o ponto de vista administrativo, unidos fiquem pelo pensamento em commum” (*Revista Schola*, 1930a, p. 23). A partir das edições analisadas, localizamos o registro de criação de apenas um departamento estadual: o departamento instalado na cidade do Recife, em Pernambuco (*Revista Schola*, 1930a).

Com autonomia administrativa, localizamos departamentos para além de sua sede, no estado do Rio de Janeiro, distribuídos por diferentes estados. Entre eles, identificamos os departamentos do Rio Grande do Norte (1926), Rio de Janeiro – Niterói (1925), Rio Grande do Sul (1926), Distrito Federal e Espírito Santo (1926). Além desses departamentos, a ABE contou com representantes distribuídos por diversos estados, entre os quais destacamos Xavier da Silveira (Amazonas), Roberto de Almeida Cunha (Minas Gerais) e Francisco de Paula Rodrigues (Ceará) (Burlamaqui, 2013).

Além dessa organização, a instituição estruturava-se a partir de dois órgãos centrais de administração e articulação: o Conselho Diretor e a Diretoria. Esses espaços se reorganizavam de acordo com os interesses, os saberes privilegiados e os projetos de educação defendidos pelos principais representantes dos movimentos, como, por exemplo, o grupo renovador, liderado por Ferdinando Labouriau, e o grupo católico, liderado por Fernando Magalhães. A ocupação dessas posições por determinados educadores contribuiu para a continuidade de algumas iniciativas e, simultaneamente, para a descontinuidade de outras, além de favorecer a circulação de objetos materiais e imateriais.

Nesse contexto, identificamos, entre os educadores comprometidos com o problema da educação nacional e com outras questões sociais que assolavam a população do país, sujeitos que alcançaram significativo destaque no movimento renovador e que possuíam vínculos com a Escola Politécnica carioca. As propostas de intervenção construídas pelos educadores e fundadores da Associação privilegiaram os saberes científicos e a participação dos engenheiros como estratégias de enfrentamento dos problemas da sociedade (Gomes, 2020).

Em relação à categorização de “engenheiro-educador”, essa denominação possibilitava identificar intelectuais que atuavam tanto no campo da engenharia quanto no da educação, além de participarem politicamente das questões sociais. Desse modo, essa categorização nos permite compreender suas ações, sobretudo no que se refere à articulação entre o urbano e a educação, como no caso de Heitor Lyra. Assim, esses intelectuais, denominados engenheiros-educadores e orientados por ideais de combate aos problemas sociais na década de 1920, relacionavam diferentes campos do conhecimento para a construção de um país moderno (Gomes, 2020).

A REVISTA SCHOLA E SUA ATUAÇÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Criada pelo Conselho Diretor da ABE a partir do interesse em substituir o *Boletim*, em virtude do encerramento de sua circulação, a *Revista Schola* passou a ser publicada mensalmente e se constituiu como um relatório das atividades do departamento da Associação na cidade do Rio de Janeiro. Destinava-se tanto ao público do Brasil quanto àqueles que demonstravam afinidade com temáticas voltadas à educação (*Revista Schola*, 1930).

No que se refere aos elementos da primeira edição do impresso, observamos que a capa da publicação de janeiro de 1930 da *Revista Schola* (1930a) apresentava o nome da revista, o emblema da instituição e o nome do departamento ao qual estava vinculada, além das informações cronológicas e numéricas (mês, ano e número). Constatamos que, ao longo das edições, a estrutura e os elementos constitutivos da capa permaneceram, desde a edição de janeiro de 1930 até a edição de fevereiro de 1931, última publicação vigente.

Ressaltamos que a *Revista Schola* foi um impresso organizado e produzido pela ABE, publicado entre janeiro de 1930 e fevereiro de 1931, em substituição ao *Boletim* da ABE. Após o encerramento de sua circulação, a revista foi substituída pelo periódico *Educação*, cuja publicação teve início em 1939. Ao longo de suas edições, a *Revista Schola* divulgou informações referentes às ações promovidas pela Associação, como a publicação e a proposição de uma conferência nacional realizada anualmente em diferentes cidades, com a participação de sujeitos e instituições para tratar sobre os rumos do Brasil (Burlamaqui, 2013).

Esse objetivo da *Revista Schola* alinhava-se aos objetivos e às ações empreendidas pela Associação para atingir tais finalidades. A partir do recorte temporal desta pesquisa, sistematizamos os objetivos e as ações da ABE no quadro apresentado a seguir.

Quadro 2 – Os objetivos e as ações da Associação

Objetivos	A difusão e o aperfeiçoamento de iniciativas referentes ao campo da educação; acreditava-se na necessidade de uma reforma na educação nacional, na luta contra o analfabetismo e em prol de uma população capaz de transformar o Brasil e levá-lo a alcançar o patamar das nações ditas civilizadas.
Ações	Organizar permanentemente a estatística da instrução no Brasil; publicar revistas, boletins e relatórios periódicos sobre questões de ensino; manter museu escolar permanentemente, biblioteca pedagógica, sala de conferências e cursos; promover e premiar a elaboração e a publicação de bons livros didáticos; promover congressos de educação, regionais ou nacionais; promover a representação do Brasil em congressos de educação no estrangeiro; organizar um arquivo de legislação nacional e estrangeira sobre ensino e questões correlatas; facilitar a seus sócios a aquisição de livros e de material escolar; cooperar em todas as obras de educação física, moral e cívica; facilitar o desenvolvimento do cinema educativo, de bibliotecas infantis e de outros institutos auxiliares de ensino; auxiliar a intercorrespondência escolar, nacional e estrangeira; estudar e auxiliar a solução do problema da infância abandonada; estimular a educação popular, tanto no tocante à cultura intelectual, moral e física, quanto no âmbito da instrução profissional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).⁴

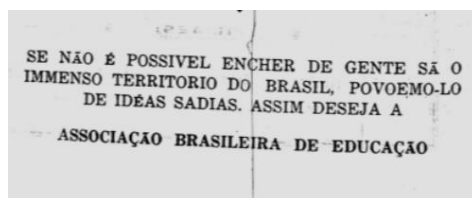
O Quadro 2 apresenta o objetivo geral e as ações específicas empreendidas pela Associação para atender a essa finalidade. A partir do quadro, identificamos que a ABE tinha como propósito colaborar com propostas direta ou indiretamente relacionadas à educação e, portanto, contribuir com o enfrentamento dos problemas da educação nacional, como, por exemplo, o analfabetismo. Pretendia-se, conseqüentemente, possibilitar a transformação da população e elevar o país às mesmas condições de um país estrangeiro civilizado.

Constatamos que, entre essas ações – a publicação da *Revista Schola* e de outros impressos relacionados às questões de ensino; a promoção de eventos nacionais e regionais, como as conferências; a organização de um arquivo; a cooperação com instituições; a difusão de empreendimentos voltados ao campo da educação; e a participação em eventos estrangeiros –, estavam presentes práticas de divulgação científica e de circulação de ideias. Por sua vez, o estabelecimento de relações com instituições, pesquisadores e associações estrangeiras tinha como finalidade promover o movimento de importação-exportação de ideias para a educação.

Nesse contexto, apresentamos, na Figura 2, a missão da Associação.

Figura 2 – Recorte da *Revista Schola*

⁴ Quadro elaborado com informações extraídas a partir de Burlamaqui (2013).



Fonte: *Print screen da Revista Schola* (1930g).

A Figura 2 apresenta a proposição de disseminar ideias consideradas “sadias” como uma das finalidades da instituição. Sua divulgação representava a intenção da Associação de combater o analfabetismo e a ignorância, compreendidos por diversos intelectuais como um dos problemas nacionais enfrentados pela população brasileira. Nesse sentido, buscava-se selecionar ideias consideradas “boas” e apropriadas à formação intelectual e ao processo de alfabetização.

Quanto às formas de aquisição, a *Revista Schola* era disponibilizada por meio de duas modalidades: a primeira consistia na compra do número avulso, no valor de “2\$000”, e a segunda correspondia à assinatura anual, no valor de “20\$000” (*Revista Schola*, 1930g). O impresso apresentava aproximadamente 16 centímetros de comprimento e 23 centímetros de altura. As folhas, atualmente, apresentam as tonalidades branca e cinza em virtude do processo de digitalização dos documentos. Em sua organização interna, a revista era composta por sumário, apresentação de trabalhos e propagandas distribuídas ao longo do impresso. Destacamos ainda a existência de seções importantes para o entendimento sobre as atividades e ações da ABE, como, por exemplo, “Um ano de trabalho” e “Notas e informações”. Com o objetivo de possibilitar a visualização dos títulos dos conteúdos identificados na *Revista Schola*, apresentamos, no Quadro 3, as edições publicadas e seus respectivos sumários.

Quadro 3 – Apresentação dos sumários da *Revista Schola*

Edição	Sumário
Janeiro (1930), ano 1, nº 1	A A.B.E.; Cartilha de probidade – 1.º Mandamento – Dr. Fernando Magalhães; A Methodologia da Historia Natural (trecho de uma conferência) – Dr. Mello Leitão; Um anno de trabalho – Decio Lyra da Silva; Notas e Informações: 4ª Conferencia Nacional de Educação – Temas geraes e Premio Heitor Lyra.
Fevereiro (1930), ano 1, nº 2	Museus dynamicos – Francisco Venancio Filho; Fructos do escotismo – Benjamin Sodré; Bibliotheca para crianças e adolescentes; Resenha do mez; Notas e informações: professores brasileiros em excursão aos Estados Unidos, Terceira semana de educação, Literatura infantil, Regimento interno para as conferências nacionais de educação, regimento interno da Associação Brasileira de Educação.
Março (1930), ano 1, nº 3	O que esperamos dos nossos filhos – J. F. Porto Carreiro; A Educação Phisica no Brasil – Parecer da Secção de Educação da A.B.E.; Cinco semanas nos Estados Unidos – Laura Lacombe; Regimento Interno da Associação Brasileira de Educação – (Conclusão).
Maio (1930), ano 1, nº 4	Heitor Lyra, missionario Educação Nacional – Prof. C. A. Barbosa de Oliveira; Cartilha da probidade – Fernando Magalhães; Pelas revistas – G. L.; A educação christã da juventude – Carla Encyclia do Papa Pio XI.
Junho (1930), ano 1, nº 5	Falhas do nosso ensino – Arrojado Lisboa; A crise do lar – Cassilda Martins; O ensino no Amazonas – Mem Xavier da Silveira; 3º Semana Brasileira de Educação – M. L.
Julho (1930), ano 1, nº 6	A escola moderna – Profª. Consuelo Pinheiro; Methodo de projectos – Profª. Maria dos Reis Campos; A “Junior High School” – Profª. Laura Jacobina Lacombe; A educação christã da juventude (Continuação) – Encyclia do Papa Pio XI; Notas e informações: 3ª semana brasileira de educação; Professores estrangeiros em visita á A.B.E., Conferencias, Concurso de obras didacticas, Actividades educacionais no estrangeiro.
Agosto (1930), ano 1, nº 7	A imprensa na educação – Decio Lyra da Silva; O papel dos grupos familiares na educação – Gustavo Lessa; Educação christã da juventude – Papa Pio XI; Notas e informações: 3º Semana Brasileira de Educação – Ceará; As secções technicas na A.B.E.; Conferencia do mez; Actividades educacionaes.
Novembro (1930), ano 1, nº 8	A poesia na educação – Sra. Maria Eugenio Celso; Ratzel e a geographia moderna – Prof. F. Raja Gabaglia; Notas e informações: Exposição de literatura infantil; Prof. E. Claperède; Literatura pedagogica, Homenagem ao Dr. Euclides Roxo, Circulo de

	Paes e Professores em Natal, Bibliothecas rotativas no Espírito Santo.
Fevereiro (1931), ano 2, nº 9	O ensino de mathematica na escola secundaria – Euclides Roxo; Cooperação entre o lar e a escola – Eva Hyde; Notas e informações: Conferencias do Prof. Claperède, O congresso universitário de Montevideo; Educação pelo radio; Aos editores do Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).⁵

O Quadro 3 apresenta os tópicos presentes no sumário de cada edição da revista, de janeiro de 1930 a fevereiro de 1931. Observamos que a ABE diversificou as temáticas educacionais publicadas na *Revista Schola*, contemplando assuntos referentes às disciplinas escolares, às práticas pedagógicas, ao espaço escolar e aos seus agentes, bem como aos dispositivos que circulavam no ambiente escolar, como a imprensa.

A partir dos dados do quadro, verificamos também a existência de relações da ABE com outras instituições, especialistas e intelectuais, nacionais e estrangeiros, na promoção de ações colaborativas através do envio de materiais ou para a realização de viagens pedagógicas. Compreendemos que o estabelecimento dessas relações constituiu uma estratégia para que a Associação adquirisse maior amplitude.

Desse modo, a ABE constituiu-se como uma instituição de grande relevância em seu período, sobretudo em razão de suas iniciativas de cunho político articuladas à divulgação científica e à busca por cooperação, o que se efetivou por meio de ações para reunir e articular sujeitos e instituições, tendo como finalidade discutir a educação do país. Como forma de publicizar e aproximar o público em geral de suas atividades, eram promovidos jantares com a participação de sócios da Associação e de convidados de outras instituições, com o objetivo de favorecer a constituição de parcerias voltadas à resolução dos problemas educacionais. Ao mesmo tempo, o convite à imprensa tencionava ampliar a divulgação e promover uma aproximação com outras pessoas interessadas na causa educacional (Burlamaqui, 2013).

No âmbito da cooperação da ABE com outras instituições e países, podemos destacar a tradução, o recebimento e o envio de obras a pedido de organizações internacionais ou da própria Associação, bem como os convites para participação em eventos. Entre essas ações, destacamos, por exemplo: o envio de livros de editores da instituição abeana, a pedido do Bureau Internacional de Educação (BIE), por meio da seção de Cooperação da Família, com o objetivo de serem expostos na Exposição Internacional de Livros para Crianças, promovida pelo BIE (*Revista Schola*, 1930a); o recebimento de livros provenientes dos Estados Unidos, Uruguai, México, Cuba e Colômbia, encaminhados pelo Ministério do Exterior para a Exposição de Literatura Infantil da Associação (*Revista Schola*, 1930h); e o recebimento do comunicado sobre a realização da 2ª Conferência Inter-Americana de Educação, organizada pela National Education Association (NEA), em Havana (*Revista Schola*, 1930f).

A circulação transnacional de artefatos e objetos materiais, por meio da importação, bem como a presença em eventos estrangeiros, possibilitava aos associados da ABE e a outros públicos o contato com novas propostas de renovação pedagógica e a construção de um novo repertório de conhecimentos apropriados à reformulação da educação no Brasil. Por outro lado, a exportação desses produtos e a participação de educadores abeanos em encontros realizados em outros países evidenciam a intenção da Associação em se inserir no movimento renovador em âmbito internacional.

No que concerne aos cursos e às conferências promovidos pela Associação, podemos observar que, em sua maioria, eram realizados pelas diferentes seções da instituição. As seções tinham como finalidade promover o trabalho e a discussão de assuntos específicos e de destaque naquele período, sendo cada uma delas conduzida por um presidente e contando com reuniões organizadas (Burlamaqui, 2013). Inicialmente, foram criadas seções voltadas a diferentes temáticas, tais como: “[...] ‘Ensino Primário e Normal’, ‘Ensino Secundário’, ‘Ensino Técnico e Superior’, ‘Ensino Profissional e Artístico’, ‘Educação Física e Higiene’, ‘Educação Moral e Cívica’ e ‘Cooperação da Família’” (Burlamaqui, 2013, p. 25).

⁵ Quadro elaborado com informações extraídas a partir de *Revista Schola* (1930a, 1930b, 1930c, 1930d, 1930e, 1930f, 1930g, 1930h, 1931).

Destacamos que as seções eram conduzidas por indivíduos vinculados, principalmente, a instituições como o Museu Nacional e a Faculdade de Medicina, entre outras. As atividades eram realizadas no anfiteatro de Física da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e divulgadas pela Rádio Sociedade. O acesso era gratuito, e não havia necessidade de inscrição prévia para participação (Burlamaqui, 2013).

O rádio, contudo, não era utilizado apenas como meio de divulgação desses encontros. Em seus círculos de discussão, a ABE refletiu sobre seu uso educativo para divulgação dos conhecimentos científicos aos ouvintes. Diante disso, encontramos, nas edições da *Revista Schola*, notícias tais como o diálogo entre a Associação e o presidente do Tribunal do Júri acerca da visibilização dos fatos que poderiam ir de encontro à moral, bem como a apresentação do parecer do Congresso de Atlanta (*Revista Schola*, 1931). Além do rádio, o cinema educativo também obteve visibilidade nas discussões, demonstrando o interesse da instituição abeana pela promoção de iniciativas relacionadas a esse recurso. Como exemplo, podemos mencionar a informação apresentada na edição de julho da revista referente à publicação do impresso intitulado *Educational Cinematograph*, vinculado ao Instituto Internacional de Educação Cinematográfica (*Revista Schola*, 1930f).

Essas informações nos permitem compreender a preocupação da ABE com a discussão sobre o funcionamento e o conteúdo dessas ferramentas educativas, bem como sobre seu público-alvo. Para além dessa dimensão, a presença de notícias provenientes de outros países também explicita o interesse da Associação pela circulação de ideias, saberes e modelos pedagógicos que estavam sendo debatidos em diferentes espaços e que, em sua maioria, constituíam referências no campo educacional.

Entre os cursos e conferências localizados na *Revista Schola*, encontramos, entre outros, a série de palestras sobre a metodologia das matérias no ensino primário (*Revista Schola*, 1930a); “Methodologia da arithmetica”, por Alda Lodi; “Instruções extra-escolares”, por Amelia Monteiro; “Methodologia da lingua patria”, por Lucia S. de Castro; e “A organização geral da Escola de Aperfeiçoamento”, por Lucia dos Santos (*Revista Schola*, 1930b). Também localizamos a série de palestras de propaganda acerca de “O que são os circulos de paes e professores” e “Historias infantis”, promovida pela seção de Cooperação da família (*Revista Schola*, 1930a). Pela seção de Ensino Técnico e Superior, encontramos “O Emprego dos tests em Recife”, por Ulysses Pernambuco; “Aspectos do Japão”, por Juliano Moreira; “A reforma eleitoral e a representação proporcional”, por Everardo Backheuser; “O Diamante”, por Djalma Guimarães; “A reforma eleitoral e a representação proporcional”, por O. B. Couto e Silva; “Alphonsus de Guimarães”, por Agrippino Grieco; e “Ratzel e a Geographia moderna”, por Fernando Raja Gabaglia. Por fim, pela seção de Cooperação da Família, localizamos “A poesia na Educação da Creança”, por Maria Eugenia Celso (*Revista Schola*, 1930f).

Além de intelectuais vinculados a instituições nacionais, encontramos também sujeitos relacionados a organizações e/ou associações internacionais, tais como Edouard Claparède (*Revista Schola*, 1930h), Artus-Perrelet e Helena Antipoff (*Revista Schola*, 1930b), vinculados ao Instituto Jean-Jacques Rousseau (IJJR). Claparède investigava questões relacionadas à psicologia aplicada (*Revista Schola*, 1930h) e realizou a 1ª. Conferência acerca do sentimento de inferioridade (*Revista Schola*, 1931); Perrelet estudava o ensino de desenho; e Antipoff discutia questões sobre psicologia infantil. Encontramos também o Professor Lúcio dos Santos, vinculado à Universidade do Porto, que ministrou aulas sobre “Rythmanaluyse” por meio da seção de Ensino Técnico e Superior da ABE (*Revista Schola*, 1930b). Além desses, localizamos outros sujeitos cujas filiações institucionais não foram mencionadas, como Léon Walter, Théodoro Simon (*Revista Schola*, 1930a), o filósofo Keyserling e a educadora Lina Hirsch (*Revista Schola*, 1930b).

A presença de especialistas vinculados ao IJJR demonstra a articulação da ABE com instituições consideradas centros internacionais no campo educacional e, no caso do Instituto, com os ideais da Escola Nova, disseminados por meio da atuação de seus representantes, como Claparède. Podemos compreender que a circulação desses sujeitos nos debates da Associação proporcionava a aproximação de seus sócios e de outros interessados às discussões educacionais, o que promovia o fortalecimento das ideias pedagógicas do movimento escolanovista no interior da instituição abeana, em contraposição às defendidas pelo movimento de educadores católicos no Brasil.

Referente à realização de viagens pedagógicas por brasileiros e à recepção de estrangeiros, localizamos o intercâmbio de um grupo de educadores aos Estados Unidos e a chegada de professores de outros países à ABE. A partir disso e das contribuições de Gondra (2010) e Viñao Frago (2007), compreendemos que essas viagens não foram promovidas somente com a finalidade de alterar a visão dos viajantes por meio da observação de experiências realizadas no espaço do outro, mas também para aquisição de formação especializada e, em diversos casos, para a mobilização dos conhecimentos adquiridos em favor da transformação do cenário educacional do país de origem. Nesse sentido, podemos observar essas dimensões a partir da participação de brasileiros nas travessias.

Esse intercâmbio foi realizado a pedido e para a instituição americana “Carnegie Endowment”, com a finalidade de possibilitar que esses docentes estudassem suas respectivas áreas de interesse, a partir do convite informado pelo prof. Delgado de Carvalho após seu retorno de viagem (*Revista Schola*, 1930c). Os educadores selecionados e suas respectivas áreas de interesse para estudo durante a viagem foram: Noemy Silveira – orientação profissional; Julieta Arruda, Consuelo Pinheiro, Maria Reis Campos e Laura Lacombe – o método de projetos; e O. B. do Couto e Silva, bem como Othon-Leonardos – organização universitária (*Revista Schola*, 1930c).

A decisão para o estabelecimento dos fundamentos do intercâmbio de professores primários teve seu acordo instituído na 2ª Semana de Educação, entre o Departamento da Associação no Espírito Santo e o Departamento do Rio de Janeiro (*Revista Schola*, 1930a). No que se refere à produção intelectual dos viajantes, localizamos, nas edições da *Schola*, relatos produzidos após o retorno da viagem, como, por exemplo, “Cinco semanas nos Estados Unidos”, escrito por Laura Lacombe (*Revista Schola*, 1930c); “A ‘Junior High School’”, escrito por Laura Lacombe; “A Escola Moderna”, escrito por Consuelo Pinheiro; e “O Methodo De Projectos”, escrito por Maria dos Reis Campos (*Revista Schola*, 1930f).

A partir disso, podemos observar que a circulação de impressos em outros países, a escrita de textos com ideias importadas sobre métodos, instituições, personagens e o contexto educacional no exterior, a tradução de obras e o conhecimento de instituições estrangeiras, proporcionado por esses deslocamentos, constituíram importantes ferramentas que, em sua maioria, estavam vinculadas à intenção de empreender uma reforma educacional no contexto nacional e, indiretamente, nos contextos político, econômico e social.

Assim, essas viagens empreendidas por sujeitos ligados à educação, muitas vezes ocorridas em condições difíceis, oportunizaram a possibilidade de observar o estrangeiro, o que “[...] terminava por investir o viajante de um saber que incrementava seu capital intelectual e político. Com isto, o relato da viagem, menos que uma descrição imparcial, transforma-se em um efetivo instrumento e forma de exercício de poder” (Gondra, 2010, p. 14).

Desse modo, compreendemos que o retorno dos viajantes e a produção intelectual decorrente das experiências observadas no território estrangeiro possibilitavam a atribuição, a esses educadores, da condição de especialistas nos assuntos estudados, tendo em vista a legitimação de suas posições no debate educacional. Como consequência, adquiriam o status de “capacitados” para a condução de cursos e conferências em eventos nacionais e internacionais e para a indicação a cargos estratégicos no Estado.

No caso dos viajantes estrangeiros com destino ao Brasil, localizamos, na edição de julho de 1930 da *Schola*, a informação de que a ABE recebeu três professores – Rodolfo Llopis, George Mac Bride e Crescencio Coccaro – durante a passagem desses educadores pelo Rio de Janeiro. Llopis, de origem espanhola, teve formação como pedagogo e representou seu país no “Congresso da I. M. A.”, ocorrido em Montevideu, no Uruguai. Foi recepcionado na reunião do Conselho Diretor da Associação, porém não ministrou a conferência por questões de tempo (*Revista Schola*, 1930f).

O professor Mac Bride, vinculado à Universidade da Califórnia, ministrou uma conferência sobre “O Ensino da Geographia regional nos Estados Unidos”, enquanto o professor Coccaro, de origem uruguaia, promoveu, como forma de valorizar a existência da Associação, uma conferência acerca dos “Aspectos da Educação no Uruguai”. Ambas as conferências foram seguidas de debates em torno de suas temáticas e se configuraram como um novo método de palestras promovido pela ABE, ao demonstrarem a qualidade dos encontros, o foco dos ouvintes e a constituição de um espaço de troca de ideias (*Revista Schola*, 1930f).

A realização dessas conferências por educadores estrangeiros oriundos de diversos lugares, em especial dos Estados Unidos e da Europa, foi uma das estratégias privilegiadas pela Associação para a circulação de ideias para a educação via importação. Assim, a partir da discussão dos conteúdos junto aos professores, esse público era mobilizado como agente difusor e divulgador dos conhecimentos científicos.

Além desses dispositivos, a *Revista Schola* indicava a utilização, pela ABE, de encontros em círculos mais amplos para o debate coletivo e a circulação de conhecimentos, como, por exemplo, as Conferências Nacionais de Educação (CNEs) e as Semanas de Educação. Esses eventos tinham amplitude nacional, seja pela realização de Conferências, com a proposta de ocorrerem anualmente em uma cidade, seja pelas Semanas, realizadas anualmente e organizadas nos estados por instituições e educadores locais, em diálogo com o departamento central da Associação.

No período inicial após a criação da ABE, seus esforços se restringiam às discussões em grupos menores e à articulação junto à capital do país, com a participação dos seus próprios intelectuais, integrantes da instituição. Somente a partir de 1927, a Associação buscou adquirir maior amplitude e alcance nacional para seus princípios e debates, principalmente por meio da realização de conferências, com a finalidade de intervenção política diante do cenário de fortes alterações nas políticas públicas educacionais (Vieira, 2017).

A realização anual ocorreu apenas durante as três primeiras CNEs e entre os anos de 1933 e 1935. Nas conferências seguintes, observamos a presença de dois intervalos na realização do evento: o primeiro, entre 1936 e 1941, e o segundo, entre 1957 e 1966 (Vieira, 2017). Não obstante a existência desses intervalos, “[...] a longevidade da associação e a frequência dos eventos foram significativas nesse período, uma vez que as regras eram a efemeridade e a descontinuidade dos eventos, associações e publicações do campo educacional” (Vieira, 2017, p. 26).

Entre as edições das CNEs, a 3ª CNE, ocorrida na cidade de São Paulo, foi realizada entre os dias 7 e 15 de setembro de 1929 (*Revista Schola*, 1930a). Segundo exposto na *Revista Schola* (1930a, p. 25), como demonstração da visibilidade e da robustez da Associação, antes do início da conferência, o Prof. Anísio Teixeira, designado como delegado estadual da Bahia, declarou, ao lado de outros delegados na sede da ABE, o discurso de uma educadora de origem americana: “No Brasil uma associação particular (a A. B. E.) realizava uma obra talvez maior do que a oficial”. Esse excerto representava as insatisfações com a participação do governo no tratamento dos assuntos educacionais, em comparação com a instituição abeana, e reconhecia o esforço da atuação da Associação em relação à educação nacional, bem como a amplitude de suas ações para além do território brasileiro.

Outra edição localizada no impresso abeano foi a 4ª CNE. A seguir, apresentamos o tema geral e os temas aprovados para serem expostos no evento, por meio do Quadro 4.

Quadro 4 – 4ª CNE

Tema da conferência	Ensino normal
Temas aprovados	Como organizar o ensino normal para preparo do professorado primario, de acordo com as diferentes regiões do Paiz – Prof. Leoni Kaseff (Rio de Janeiro); Como preparar o professor rural e fixal-o ao meio onde deve actuar – Prof. João Toledo (São Paulo); Como organizar o Instituto Normal Superior destinado ao preparo do professorado para o ensino normal e secundario e para as pesquisas pedagogicas – Prof. Afranio Peixoto (Deputado Federal pela Bahia); Como estabelecer a transferencia dos corpos discentes das Escolas Normaes e a intervalidade dos diplomas – Prof. Ubaldo Ramallete (Espírito Santo); Deve a didática das diversas disciplinas ficar a cargo de um só professor especial ou dos professores das respectivas disciplinas? – Prof. Sussekind de Mendonça (A.B.E. do Distrito Federal); Qual deve ser a metodologia do vernaculo nas Escolas normaes elementares – Prof. Julio Pires (Pernambuco); Qual deve ser a methodology das sciencias – Prof. Amelia Monteiro (Minas Geraes); Qual deve ser a methodology do desenho e dos trabalhos manuais – Prof. Nereu Sampaio.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).⁶

⁶ Quadro elaborado com informações extraídas a partir de *Revista Schola* (1930b).

O Quadro 4 expõe o tema geral da 4ª CNE e os temas aprovados para o evento. Observamos a importância atribuída aos temas relacionados à organização e ao preparo do corpo docente do ensino primário, bem como à didática e à metodologia. A partir disso, percebemos que as CNEs constituíam uma proposta da Associação, com realização anual em diferentes cidades brasileiras, tendo em vista a circulação das suas atividades, a reunião de pessoas e instituições ligadas ao campo educacional e a discussão de temáticas de interesse para o país (Burlamaqui, 2013).

Além dessas finalidades, as Conferências também se constituíam como espaços de celebração e de reunião de intelectuais, especialistas e autoridades ocupantes de cargos públicos de relevância, cujo objetivo era a formação de uma unidade nacional em torno da discussão de temáticas relacionadas à educação. O principal responsável pela realização das CNEs foi Fernando Magalhães, que atuou como presidente das comissões de organização do evento até sua quinta edição (Carvalho, 1998).

Destacamos que os temas das CNEs e aqueles debatidos pela ABE estavam vinculados às necessidades do Estado, e suas conclusões eram vistas como importantes para o apoio às políticas públicas direcionadas ao campo educacional (Vieira, 2017). Além disso, as Conferências tinham sua divulgação potencializada pela circulação nos jornais do Rio de Janeiro, pela participação de um público extenso e de cientistas de destaque na época, sem a restrição dos temas abordados pelos especialistas das áreas, possibilitando a discussão de assuntos diversos e destinados também ao público não especializado (Burlamaqui, 2013).

O Estado, eleito como principal interlocutor da Associação, esteve no centro das disputas pela ocupação de funções privilegiadas no seu interior, devido às possibilidades de interferência em decorrência do exercício de cargos que favoreciam a participação na construção de políticas públicas. Por essa razão, o Estado e os grupos políticos estiveram no centro do conflito pela ocupação dessas posições, especialmente entre aqueles que buscavam participar da formulação de ações direcionadas à educação. Esses embates estavam relacionados à necessidade de expansão do processo formativo de escolarização dirigida às diversas camadas da população (Vieira, 2017).

Diante disso, entendemos que a estruturação da ABE e das CNEs, voltadas às normas do Estado e de organizações com atuação na política e na economia, estava relacionada às tendências intelectuais estabelecidas a partir da centralidade da disputa por cargos institucionais. Essas lutas pela ocupação estratégica de espaços de condução dos projetos para a educação nacional tiveram como resultado o embate entre o grupo formado por católicos e o grupo constituído por aqueles que defendiam a escola para todos a partir da laicidade (Vieira, 2017). Assim, concluímos que, por esse motivo e pela disputa de recursos públicos para o empreendimento de iniciativas em favor de determinadas concepções no campo educacional, o diálogo da Associação com o Estado se tornava um ponto central das ações da instituição abeana.

Enquanto isso, as Semanas de Educação, originalmente realizadas a cada ano nos Estados Unidos pela NEA a partir de 1926, tinham como objetivo celebrar a educação, e essa ideia de promoção das Semanas de Educação repercutiu na ABE (*Revista Schola*, 1930f). O evento passou a ser promovido pela instituição abeana com a finalidade de orientar a população do país acerca da importância da educação como ferramenta de intervenção na formação de uma sociedade democrática (Burlamaqui, 2013).

Realizadas anualmente e organizadas pelo Conselho Diretor da ABE, as Semanas de Educação eram consideradas eventos de valorização da moral e percebidas como relevantes pelos participantes do Conselho, assim como as CNEs (Carvalho, 1998). Sua primeira realização ocorreu em outubro de 1928, quando a Associação solicitou às demais associações com objetivos semelhantes a elaboração de uma agenda a partir do contexto local, em virtude do programa previamente estabelecido (Burlamaqui, 2013). São exemplos dessas ações realizadas pelas associações:

[...] anúncios do evento (exemplo de cartaz, “Educar-se é vencer”); venda de livros sobre educação e com as vendas subordinadas ao título do evento; venda de um selo comemorativo do evento em prol da A.B.E.; exposições pedagógicas regionais realizadas pelos colégios primários; visitas às escolas pelos pais, para que entrassem em contato mais íntimo com o local de estudo dos filhos e com os professores; sessões literárias em todas as escolas; pequenas

conferências diárias sobre o papel social da educação; visitas das escolas ao Jardim Botânico, Museu Nacional, Escola de Belas Artes e o Museu Histórico, sob a orientação de professores ou membros da A.B.E. Esse programa foi publicado em jornal oficial pelo diretor de Instrução Pública Municipal, Fernando de Azevedo (Burlamaqui, 2013, p. 61-62).

Observamos a diversificação das atividades, ficando a cargo dos estados a organização do programa das Semanas de Educação. Segundo Burlamaqui (2013), as edições seguintes do evento foram realizadas nos seguintes períodos, com a divulgação da programação dos dias pelos jornais: II Semana de Educação (outubro de 1929); III Semana de Educação (maio de 1930); IV Semana de Educação (maio de 1931); e V Semana de Educação (novembro de 1933).

Na edição de janeiro da *Schola*, encontramos o programa da II Semana de Educação, realizada entre os dias 7 e 13 de outubro, cuja programação contemplava, a cada dia, uma temática voltada ao campo educacional. Desse modo, o programa estava organizado da seguinte forma: 2ª feira (dia 7) – Dia da Educação Doméstica, com direção de D. Cassilda Martins, visita ao Restaurante da Light and Power e à Fundação Osorio, além da realização da conferência sobre “A crise do Lar”, por Cassilda; 3ª feira (dia 8) – Dia da Educação Intelectual, sob a direção de D. Branca Fialho, com a organização de torneios de oratória em instituições de ensino; 4ª feira (dia 9) – Dia da Educação Profissional, organizada pelo Prof. Salvador Fróes, com visitação a Escolas Profissionais; 5ª feira (dia 10) – Dia da Educação Física, estruturado pelo Prof. Ambrosio Torres, com a realização de uma demonstração de ginástica em um estádio; 6ª feira (dia 11) – Dia da Educação Artística, sob a organização do Prof. Corrêa Lima, com a ida à Escola de Belas Artes e a apresentação sobre “Artistas brasileiros e suas obras”, ministrada pelo Prof. Flexa Ribeiro; Sábado (dia 12) – Dia da Educação Cívica, planejado pelo Prof. Fernando Magalhães, com a ida ao Museu Histórico; Domingo (dia 13) – Dia da Educação Moral, a cargo de D. Vera Delgado de Carvalho, com a realização de uma missa campal, promovida pelos educadores católicos da ABE, na Matriz do Sagrado Coração de Jesus, e, à tarde, a celebração por meio de um festivo com entrega de premiações (*Revista Schola*, 1930a).

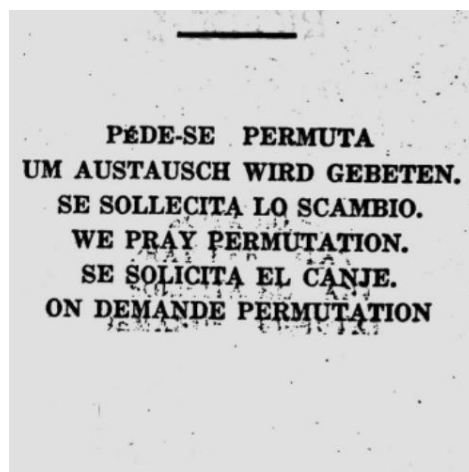
Já na edição de julho da *Schola*, localizamos o programa da III Semana de Educação e algumas cidades e estados participantes. Esse programa, estabelecido pelo Conselho Diretor do departamento do Rio de Janeiro, constava dos seguintes dias: “[...] Dia do Lar – Dia da Fraternidade – Dia da Escola – Dia da Saude – Dia do Dever – Dia da Natureza – Dia da Boa Vontade” (*Revista Schola*, 1930f, p. 159).

Em relação aos estados participantes, a ABE recebeu notícias da realização do evento no estado do Ceará, organizado pelo diretor de instrução estadual, Dr. Moreira de Souza, e pelo corpo de professores da cidade de Fortaleza (*Revista Schola*, 1930g); e na cidade de São Luis, estado do Maranhão, promovido pelos professores e pelo Governo (*Revista Schola*, 1930f). Além dessas informações, a Associação se comunicou com diferentes diretores de instrução pública de localidades como “[...] Alagôas, Aracajú, Bahia, Curityba, Fortaleza, Goyas, Manáos, Porto Alegre, São Paulo, Victoria” (*Revista Schola*, 1930f, p. 160).

Tanto as CNEs quanto as Semanas de Educação possibilitavam a construção de redes de intelectuais oriundos de diferentes espaços formativos e de distintas posições no debate educacional, o que favorecia a ampliação das ações da ABE em favor do desenvolvimento da educação nacional e do combate aos problemas enfrentados pela população brasileira, como as altas taxas de analfabetismo. Assim, os espaços desses eventos se tornavam importantes pontos de convergência de saberes, ideias, modelos e projetos pedagógicos, contribuindo para a promoção de um amplo movimento de renovação no campo educacional.

Além da *Schola* como dispositivo de divulgação científica, identificamos, nas edições da revista, outra ação relacionada à circulação de ideias: o próprio impresso atuava nesse processo via importação-exportação, mediante a permuta de publicações. Nesse sentido, localizamos excertos em diferentes idiomas sobre essa prática, como apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Permuta da *Revista Schola*



Fonte: Print screen da Revista Schola (1930d).

Na Figura 3, visualizamos a presença da mesma frase em diferentes idiomas, localizada no sumário da edição de julho da revista, em tradução livre: “Pede-se permuta”. A partir disso, compreendemos que o impresso da ABE foi organizado inicialmente para a circulação nacional e, posteriormente, passou a circular entre pesquisadores, associações e outras instituições nacionais e estrangeiras, com a finalidade de realizar trocas entre publicações. Assim, a permuta se configurava pelo envio da *Schola*, em troca do recebimento de um impresso de origem estrangeira.

Outro indício que contribui para essa compreensão foi a resposta da Associação, publicada na edição da *Revista Schola*, ao convite feito pelo Congresso Universitário Americano, organizado pelo Governo da República Oriental do Uruguai, em celebração aos 100 anos do Juramento da Constituição, no mês de fevereiro, em Montevideu (*Revista Schola*, 1931). O objetivo do evento era “[...] estudar os problemas magnos dos Ensinos Secundário e Superior, bem como os meios de intensificar o intercambio e as relações entre os institutos docentes dos países do Novo-Mundo” (*Revista Schola*, 1931, p. 291-292). Como resposta ao convite, foram destinados à participação da ABE no congresso os professores Fernando Magalhães e C. A. Barbosa de Oliveira (*Revista Schola*, 1931).

Além do recebimento por meio de assinatura (Burlamaqui, 2013), essas revistas também eram recebidas por permuta e incorporadas ao acervo da biblioteca da ABE, espaço destinado, especialmente, ao uso pelos professores. O acervo era constituído por “[...] obras que recebia de instituições e doações de pessoas da área de educação e das ciências, incluindo revistas especializadas e de interesse científico” (Burlamaqui, 2013, p. 25). Desse modo, a biblioteca se configurava como um espaço formativo destinado aos leitores, considerando o caráter das obras recebidas por diferentes meios e a organização de um repertório de conhecimentos especializados, com atenção à disponibilização dos saberes considerados apropriados à formação.

A partir disso, compreendemos que a ABE proporcionava aos leitores o contato com saberes em circulação em diferentes países do mundo e a atualização do repertório construído, além de demonstrar sua relação com outros veículos de divulgação científica em âmbito nacional e internacional. Além disso, localizamos na *Revista Schola* (1930a) a informação de que o espaço da biblioteca foi regulamentado e que os sócios da Associação eram convidados a doar obras como forma de contribuir para a construção do seu acervo (*Revista Schola*, 1930a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, tivemos por objetivo identificar as ações de divulgação científica presentes na *Revista Schola*, vinculada à ABE. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de cunho histórico, e se insere no campo da história da educação, em interface com a história digital e a história transnacional, tendo como principal conjunto documental os impressos.

Observamos que a criação da Associação estava relacionada à preocupação dos intelectuais com os rumos da nação diante de questões como a alta taxa de analfabetismo, bem como à influência

dos movimentos educacionais latentes no período, especialmente o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. Essas mobilizações foram fundamentais para a discussão de questões pertinentes à educação no Brasil. Nesse contexto, destacou-se a atuação de Heitor Lyra da Silva, principal idealizador da criação da instituição, que privilegiou a articulação das questões urbanísticas e educacionais, tendo como objeto inicial a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, constatamos que, ao articular esses dois eixos de trabalho em sua trajetória, Lyra se constituiu como um dos engenheiros-educadores da Associação e se dedicou ao enfrentamento dos problemas sociais da década de 1920 até o seu falecimento, ocorrido nesse mesmo período.

Como resultados da investigação, compreendemos que a *Revista Schola* se configurou como um dispositivo da ABE para a comunicação de questões correlatas à educação, apresentando suas atividades aos sócios, pesquisadores, intelectuais, instituições e associações em âmbito nacional e internacional. Constituiu-se, também, como dispositivo de divulgação científica e de circulação de ideias via importação-exportação, com o objetivo de difundir e valorizar determinados discursos, sentidos e temáticas relacionados ao campo educacional e ao ensino.

Entre as estratégias de divulgação científica e de importação-exportação de ideias para a educação, localizamos, além da própria *Revista Schola*: as CNEs; as Semanas de Educação; as viagens pedagógicas e os intercâmbios; os cursos e as conferências promovidos pelas seções; os departamentos estaduais; o funcionamento da biblioteca pedagógica e o recebimento de obras para o acervo; a tradução, o recebimento e o envio de obras a pedido de organizações internacionais ou da própria Associação; o convite a professores estrangeiros para ministrar conferências; o rádio; e o cinema educativo.

Destacamos a influência dos Estados Unidos na constituição da ABE por meio da importação de ideias para a educação, como a inspiração na NEA para a fundação da instituição abeana e para a organização das Semanas de Educação. Essa circulação também ocorreu por meio do convite a professores estrangeiros para ministrar eventos, cursos e conferências, bem como pelo recebimento de obras e revistas especializadas, doadas por educadores e organizações internacionais.

Diante dessas contribuições, esta pesquisa amplia a compreensão sobre a ABE como uma instituição que não apenas participou de atividades em prol do campo educacional, mas também fomentou ações voltadas ao engajamento de sujeitos, instituições e associações em torno da educação compreendida como obra coletiva, tendo a *Revista Schola* como um desses dispositivos. Destacamos que a circulação do impresso abeano e das atividades promovidas pela Associação possibilitou tanto o enfraquecimento quanto o fortalecimento de determinadas ideias, modelos e práticas pedagógicas, especialmente aqueles advindos dos principais locais de referência em termos de educação, com destaque para os Estados Unidos e a Europa.

Em virtude do exposto ao longo desta produção, pretendemos realizar futuras investigações no campo da história da educação, com foco no detalhamento das ações de divulgação científica da ABE e, em especial, nas atividades relacionadas ao movimento de importação-exportação de ideias para a educação. Além dessa intenção, ratificamos a importância de novas produções sobre a Associação, atentando para sua atuação, com maior profundidade, nos seus primeiros anos de fundação, embora a instituição ainda se mantenha em funcionamento atualmente, sobretudo como centro de pesquisa, por meio de seu Arquivo e Biblioteca Carmen Jordão, localizado no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *ABE – Associação Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação, [s. d.]. Disponível em: <https://www.abe1924.org.br/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão, v. 11, n. 2, p. 3-26, jul./dez. 2020.

BURLAMAQUI, Mariana Mello. *A divulgação científica na Associação Brasileira de Educação: o caso da Seção de Higiene (1924–1932)*. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924–1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

DANTAS, Lidemberg Régis Santos; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. *A Associação Brasileira de Educação (ABE) e ações de formação para professores (1924–1929)*. Natal: Editora FAMEN, 2024. *E-book*.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. Tradução de Fátima Murad. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

GOMES, Clécia Aparecida. Urbanismo e Educação: ideários modernos nas engenharias da nação. Rio de Janeiro, anos iniciais do século XX. *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. a07119, 2020.

GONDRA, José Gonçalves. Apresentação. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). Dossiê: Viagens de educadores, circulação e produção de modelos pedagógicos. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 22, p. 13-16, jan./abr. 2010.

HOUSSAYE, Jean. Pedagogias: importação – exportação. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 294-314.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. A divulgação científica no Rio de Janeiro: um passeio histórico e o contexto atual. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 38-69, 2003.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes. História das Ideias Pedagógicas e as Importações-Exportações: Problematizações. *Holos*, [S. l.], v. 2, n. 39, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15100>. Acesso em: 21 nov. 2024.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974. Reimpressão, 1976.

RABELO, Rafaela Silva; BAEZA, Andrés. A transnational history of education in Latin America: a look towards cultural exchanges and appropriations. *Paedagogica Historica*, [S. l.], v. 61, n. 6, p. 848-855, 2025. DOI: 10.1080/00309230.2025.2564953.

REVISTA SCHOLA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação (ABE), ano 1, n. 1, jan. 1930a.

REVISTA SCHOLA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação (ABE), ano 1, n. 2, fev. 1930b.

REVISTA SCHOLA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação (ABE), ano 1, n. 3, mar. 1930c.

REVISTA SCHOLA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação (ABE), ano 1, n. 4, maio 1930d.

REVISTA SCHOLA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação (ABE), ano 1, n. 5, jun. 1930e.

REVISTA SCHOLA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação (ABE), ano 1, n. 6, jul. 1930f.

REVISTA SCHOLA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação (ABE), ano 1, n. 7, ago. 1930g.

REVISTA SCHOLA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação (ABE), ano 1, n. 8, nov. 1930h.

REVISTA SCHOLA. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação (ABE), ano 2, n. 9, fev. 1931.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da História como ciência*. Tradução de Estevão C. de Resende Martins. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 4, jan./dez. 2005.

VERA, Eugenia Roldán; FUCHS, Eckhardt. O transnacional na história da educação. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 47, e470100301trad, 2021.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927–1967). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 65, p. 19-34, jul. 2017.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Viajes que educan. In: MIGNOT, Ana Chrystina; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

WESTBERG, Johannes. The transnational dissemination of the infant school to the periphery of Europe: the role of primary schools, religion, travels, and handbooks in the case of nineteenth-century Sweden. *Paedagogica Historica*, [S. l.], v. 58, n. 1, p. 99-119, 2022. DOI: 10.1080/00309230.2020.1803936.

Submetido: 08/08/2025

Preprint: 08/08/2025

Aprovado: 14/05/2026

Editora de seção: Suzana dos Santos Gomes

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 – Conceitualização, análise formal, metodologia, escrita – revisão e edição.

Autora 2 – Conceitualização, análise formal, escrita – revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.